

GRAMÁTICOS E LINGÜISTAS: POLÊMICA E INTERINCOMPREENSÃO

Claudiana Narzetti[1]

Introdução

Há alguns anos, no Brasil, a linguagem, ou a língua portuguesa, ou a língua portuguesa “correta”, é um tema sobre o qual muito se tem falado num lugar exterior às Universidades – nos meios de comunicação social. Primeiramente, esses meios eram a televisão, e os jornais e as revistas impressos. Atualmente, são também os jornais e as revistas online, e até mesmo os blogs: meios de comunicação próprios da Internet. Esses últimos são bem mais democráticos[2]: permitem que um grande número de pessoas tenha seu canal de comunicação e expresse suas idéias e posições.

O resultado desse processo é que muitos seguimentos da sociedade puderam expor suas opiniões a respeito da linguagem, tivessem eles conhecimento acadêmico sobre ela (caso de lingüistas e professores de português) ou não (caso de jornalistas, artistas etc.).

Um fato interessante a observar, e sobre o qual nos deteremos aqui, é a emergência de discursos não somente sobre a linguagem, mas também sobre a lingüística e os lingüistas, nesses textos que hoje circulam em meio digital.

E, se seguimos a afirmação de Scherre (2005, p. 43) de que: “As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas”, acreditaremos que os textos daqueles que se manifestaram sobre o tema são perpassados por ideologias.

Nosso objetivo, neste trabalho é, então, analisar as posições ideológicas próprias dos discursos materializados em alguns textos[3] que hoje circulam na Internet, sendo alguns mais antigos e outros mais atuais. Como veremos adiante, os discursos presentes nesses textos permaneceram mais ou menos estáveis

ao longo do tempo e representam o interdiscurso de nossa conjuntura a respeito dos temas acima referidos.

O referencial teórico e metodológico escolhido é a Análise do Discurso de linha francesa, uma das disciplinas que forneceram os conceitos mais férteis para entender a relação linguagem-ideologia-discurso e, conseqüentemente, o processo de produção dos sentidos.

Formações discursivas em questão

Dissemos acima que, nos textos selecionados para análise, são materializados discursos sobre o tema da linguagem ou da linguagem “correta”. De fato, nesses textos não há um único discurso, mas pelo menos dois discursos contraditórios entre si, os quais podem ser referidos a formações discursivas distintas e contrárias.

Segundo Gadet, Henry e Pêcheux ([1971] 2007), uma formação discursiva é o que determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada” (p. 27). Além disso, o sentido das palavras só se produz em seu interior, ou seja, “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (p. 27).

Criado originalmente para dar conta das posições de classe e de frações de classe no interior de certas regiões ideológicas (religiosa, política, jurídica, moral etc.), o conceito de FD logo passou a ser usado também para analisar as posições ideológicas de agrupamentos sociais não classistas (gêneros, nacionalidades) e, finalmente, passou a ser utilizado de modo um tanto livre na análise de qualquer posicionamento ideológico desde que este se apresente relacionado com outros na forma de aliança ou enfrentamento. Dito de outro modo, o lugar sócio-econômico dos sujeitos do discurso deixou de ser determinante para a definição de uma FD, embora a sua dimensão conflitiva tenha permanecido.

Aplicando esses conceitos ao nosso corpus, poderíamos dizer que estamos em face de duas formações discursivas contraditórias, ou seja, que têm posições opostas a respeito dos temas dos quais falam direta ou indiretamente: a língua culta, a língua popular, a lingüística, os lingüistas, a educação, as classes

sociais, a democracia; e, ainda, que remetem a diferentes posições de classe. Veremos mais adiante como as duas formações discursivas em questão constroem sentidos distintos para certas palavras ou expressões.

Atualmente, para a Análise do Discurso (AD), não importa tanto classificar as formações discursivas (pois, dentre outros problemas, sabe da defasagem que há em todo ato classificatório), mas sim demonstrar a contradição existente entre elas.

É isso que indica Pêcheux ([1977], 1990, p. 258-9) na seguinte passagem:

[...] caracterizar uma formação discursiva classificando-a, entre outras, por qualquer tipologia que seja, é estritamente impossível. É necessário, ao contrário, definir a relação interna que ela estabelece com seu exterior discursivo específico, portanto, determinar as invasões, os atravessamentos constitutivos pelas quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em causa a luta ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social.

Seguindo essa tendência, optamos por dar um nome apenas “referencial” a essas duas FDs (ou seja, o nome dado a elas não pretenderá fornecer uma descrição perfeita de sua especificidade), de modo a facilitar a menção a uma e a outra.

Poderíamos, assim, dizer que, nos textos analisados, são materializados discursos próprios de uma FD dos gramáticos e de uma FD dos lingüistas. Ressaltamos que o discurso dessas FDs não é assumido apenas pelos gramáticos e pelos lingüistas, mas por uma rede de sujeitos que com elas se identificam. Desse modo, é possível afirmar, com base em seus discursos, que certos jornalistas e artistas, por exemplo, sustentam o discurso da FD dos gramáticos, por estarem com ela identificados.

Outra tendência atual da AD é entender que as FDs não se constituem independentemente umas das outras. Na verdade, o discurso de uma se constrói sempre a partir do discurso da outra. Segundo Maingueneau (1997, p. 120), “um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso etc., mas de um trabalho sobre outros discursos”. Dessa

forma, a identidade de uma FD se constrói e se define por sua relação com outras FDs.

A polêmica

Para Maingueneau (2005), algumas formações discursivas se caracterizam por manter certa indiferença com relação às outras com quem dividem um campo, enquanto outras se caracterizam por estar envolvidas em controvérsias. Evidentemente, a indiferença das primeiras não significa que elas sejam independentes de outras FDs; significa, na verdade, que elas dissimulam essa relação interdiscursiva.

Como se pode entrever, as duas FDs de que tratamos aqui são desse segundo tipo: elas mantêm uma relação polêmica.

Para Maingueneau, polêmica não é simplesmente uma relação de controvérsia (esta é apenas um de seus elementos): só se pode falar em polêmica quando um discurso faz menção explícita a outro; ou seja, a polêmica existe quando um discurso interpela o adversário, gerando uma cadeia de enunciações. Se não há nenhuma marca visível de relação com outro enunciado, não há polêmica. Nas palavras de Maingueneau (2005, p. 111), para haver polêmica, é necessário haver “relações explícitas entre duas formações discursivas”.

Uma das formas de menção explícita a um discurso é a citação. No processo de citação do discurso adversário é que emerge outra faceta da relação polêmica: “[...] quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está apenas ‘traduzindo’ o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias” (MAINGUENEAU, 1997, p. 120).

Ou seja, no momento em que cita ou comenta um enunciado de seu adversário, o discurso não lhe é fiel, mas faz dele um simulacro (Cf. MAINGUENEAU, 2005, p. 103), uma “caricatura”. Dessa forma, na polêmica, há um desentendimento recíproco: uma FD não pode, não consegue compreender a outra. Acontece aquilo que o senso comum denomina muito habilmente de “diálogo de surdos”. Assim, segundo Maingueneau (2005, p. 103), para posições enunciativas diversas: “não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as

regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro”.

A esse fenômeno próprio da polêmica, Maingueneau (2005) deu o nome de interincompreensão. Possenti (2009) explica que interincompreensão “não tem nada a ver com má vontade ou incompetência dos adversários mútuos”; na verdade, ela significa que “todos que têm acesso a um discurso ‘de fora’ compreendem-no ‘erradamente’ – porque o compreendem a partir de sua própria posição e não da posição dos enunciadores daquele discurso” (p. 24).

Na polêmica, não há jamais um debate “sincero” (como pensa ingenuamente o senso comum), mas um debate construído sobre o simulacro e a incompreensão das idéias ou posições do Outro.

Maingueneau (2005, p. 122) lembra que, no entanto, “a incompreensão tem uma vertente positiva: impedindo de compreender-se de um pólo a outro do espaço discursivo, ela permite que haja compreensão no espaço limitado de um mesmo discurso, que nele se fale da mesma coisa da mesma forma”.

A incompreensão permite, enfim, que numa dada FD se possa dizer nós.

Como dissemos, os discursos que analisamos neste trabalho estão em relação polêmica. Frequentemente, eles mencionam o discurso adversário, como se poderá ver nos enunciados que reproduziremos mais abaixo.

A polêmica instaurada entre os discursos referidos abrange uma disputa acerca de temas que dizem respeito ao campo dos estudos da linguagem: dentre eles concepções acerca da lingüística, dos lingüistas, dos gramáticos e do papel que se atribuem os sujeitos envolvidos nesse debate. É sobre os enunciados que tratam desses temas que lançaremos nosso olhar de analista.

Podemos dizer que, nos textos que materializam discursos próprios da FD dos gramáticos, emerge uma incompreensão acerca de algumas teses centrais da sociolingüística; nesses discursos, há um simulacro dessas teses. Nesses mesmos textos e naqueles que materializam discursos próprios da FD dos lingüistas, emergem também concepções acerca do que é ser lingüista, do que é ser gramático. Emergem, ainda, aí posições acerca do papel social que os sujeitos identificados com essas duas FDs atribuem a si mesmos e ao outro.

Apresentamos, a seguir, alguns enunciados que deixam ver, em sua materialidade lingüística, a presença desses fenômenos. Cada enunciado reproduzido será seguido pelas iniciais do seu autor, conforme o esquema

abaixo. Ressaltamos que o nome do autor é um dos elementos menos importantes em nossa análise, pois o que está em destaque são posições discursivas.

Autores e siglas:

João Gabriel de Lima (JL)

Marcos Bagno (MB)

Nilson Lage (NL)

Sírio Possenti (SP)

Attila Louzada (AL)

Ferreira Gullar (FG)

Caetano Veloso (CV)

Pasquale Cipro Neto (PN)

Normas lingüísticas: incompreensão e simulacro

Vejamos alguns enunciados retirados dos textos em análise. Eles são próprios da FD dos gramáticos. Neles é possível identificar a presença de uma incompreensão acerca de posições da FD adversária, a dos lingüistas. Na citação que fazem do discurso dessa última, emergem os simulacros.

Simulacro 1:

“Sei muito bem que, de acordo com a lingüística moderna, não existem o certo e o errado no uso do idioma nacional, ou melhor, não existe o errado, o que significa que tudo está certo e que minha antiga professora de português, que me ensinou a fazer análise lógica e gramatical das proposições em língua portuguesa, era uma louca, uma vez que a língua não tem lógica como ela supunha e a gramática é de fato um instrumento de repressão.” (FG)

O simulacro em questão é evidente. No discurso da FD dos lingüistas, jamais se afirmou que não há erro em língua ou que tudo está certo. Mas a FD adversária entende que, ao se afirmar que dada norma lingüística não é erro, afirma-se que não há erro. O discurso da FD dos gramáticos não consegue compreender o

outro sentido dado à palavra “erro” no discurso dos lingüistas e, dessa forma, interpreta esse conceito a partir de seu referencial.

Simulacro 2:

“[...] só não consigo entender é por que os lingüistas que defendem tais idéias continuam a escrever corretamente tal como exigia minha professora do colégio São Luís de Gonzaga, naqueles distantes anos da década de 1940...” (FG)

“Por que, se é indiferente, o Sr. Bagno não escreve digo de que o Pasquale está errado, que nós semos inteligentes, a gente podemos dar um jeito na língua, Maria foi comprar um rolo de papel para limpar os baixos – essas e milhares de outras formas legítimas da apregoada heresia gramatical das massas? Por que não aceita em suas bancas de mestrado e doutorado teses escritas assim, não admite aulas ministradas assim [...]?” (NL)

Ambos os enunciados, produzidos em textos distintos, por autores distintos e em anos um tanto distantes dizem a mesma coisa. Para eles, explicar e defender que os usos próprios de uma determinada norma (no caso, a dita popular) não são erros, mas apenas usos diferentes, implica a obrigação de adotar essa norma e usá-la em todas as situações.

Esse discurso se constrói então como uma crítica àqueles que continuam falando e escrevendo “certo”, como uma crítica à “incoerência” deles.

Essa é mais uma das características do discurso polêmico, conforme Maingueneau (2005). Para este, “polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável” (p. 114).

Simulacro 3:

“[...] a mania de pensar que o melhor modo de resolver o problema das favelas é destruir o sistema de esgoto de que desfrutam as “elites”. (CV)

Nessa bem construída metáfora, reproduz-se outro simulacro das teses da FD dos lingüistas. Segundo a FD dos gramáticos, os lingüistas defenderiam que a

solução para o problema da aprendizagem da norma culta pelas classes populares seria a sua destruição e a adoção da norma popular. Isso se constitui num simulacro na medida em que a Lingüística jamais defenderia a destruição de qualquer norma lingüística de uma comunidade de fala. Além disso, o que defende a Lingüística é o completo domínio pelos falantes das diferentes normas de sua comunidade e, acima de tudo, o respeito à norma do outro.

Em todos esses enunciados, há o apagamento de uma tese da FD dos lingüistas: aquela da necessidade de adequação do registro à situação de uso. Segundo a sociolingüística, não existem o certo e o errado a priori; existe o adequado e o inadequado à situação.

A FD dos gramáticos interpreta a FD dos lingüistas a partir de suas próprias posições. Como aquela não consegue conceber a diversidade, defendendo a homogeneidade, ela acaba por entender que a última queira também instaurar a homogeneidade, acabando com norma culta[4].

Como todo discurso de uma FD se constrói com base nos discursos das FDs que lhe são antagônicas, certamente os enunciados acima geram a produção de enunciados como os que reproduzimos abaixo:

“Quería comentar um equívoco da leitura de Lage. Segundo ele, para Bagno ser coerente deveria escrever em português não padrão. Este tópico tem sido lugar de repetidas incompreensões das teses de toda a sociolingüística, quando ousa falar de ensino de língua. Jamais – jamais, insisto – alguém encontrará escrito em qualquer texto [...] que a escola deve abandonar o ensino do padrão. Encontrar-se-á, isso sim, a tese de que o ensino do padrão será até mais eficaz se não houver preconceito contra as formas não padrões. Ou que é mais fácil aprender o padrão sem passar pelas gramáticas, como se faz em muitos países.”
(SP)

“Por um estranho movimento, a posição de defesa do não padrão é entendida como ataque ao padrão. É como se a notícia de um estupro tornasse o repórter defensor da violência.” (SP)

Nesses enunciados, produzidos na FD dos lingüistas, aparece o fenômeno já mencionado acima – na polêmica, é necessário captar os deslizes do adversário,

corrigi-lo etc. Esse fenômeno é facilmente encontrável, uma vez que a polêmica se constrói sempre sobre a incompreensão.

Imagens do lingüista

Observemos, agora, outro conjunto de enunciados em que são evidenciadas certas imagens do lingüista. Como se verá, nos primeiros enunciados, próprios da FD dos gramáticos, essas imagens são negativas e resultam, em alguns casos, de uma incompreensão.

“[...] uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos.”
(JL)

“E tenho mais uma longa experiência [...] – mais de 35 anos editando veículos de comunicação [...]. E outros 30 anos, em parte coincidentes, tentando ensinar a estudantes de Jornalismo tudo que a prepotência de falsos revolucionários rejeita [...].” (NL)

“Ora, eu acho que esses arroubos de populismo são em geral um superesnobismo mal disfarçado.” (CV)

Nesses enunciados, pode-se notar que não há uma única imagem do lingüista. Ele é definido ora como relativista, ora como falso revolucionário, ora como populista, ora como prepotente ou esnobe. Ao ser definido como relativista, visto que não prezaria pela definição precisa do certo e do errado, é também acusado de falta de rigor, de falta de certeza, e, conseqüentemente é considerado como alguém que não pode ser uma referência nos assuntos de linguagem.

As imagens de falso revolucionário e de populista, a nosso ver, têm uma raiz comum: ambas passam pela avaliação, pela FD dos gramáticos, da relação que os lingüistas possuem com as classes populares. Veja-se como a construção do conceito de falso revolucionário é complexa. Ela passa pelo modo como o discurso dos gramáticos interpreta o que eles pensam ser o discurso dos

lingüistas. De acordo com aquele, os lingüistas diriam que são revolucionários pelo fato de defender o valor dos usos lingüísticos não cultos. Então, os gramáticos afirmam que isso é ser falsamente revolucionário, porque, para eles, o verdadeiro revolucionário é aquele que ensina às massas os usos cultos da língua. Conseqüentemente, a defesa e a valorização de algo que é próprio do povo não passam de populismo.

Veja-se agora outro enunciado.

“Os emergentes brasileiros que, saindo da pobreza para a crescente classe média, desejam aprender com os Pasquales da vida são os alvos finais da agressão desses lingüistas. Por mais bem intencionados que sejam, estes resultam demagógicos, pois proíbem a troca natural entre os níveis de informação (sendo assim mais contra o desenvolvimento orgânico da língua do que os gramáticos) e ostentam estar de posse de teorias de ponta.” (CV)

Aqui se afirma que o lingüista é um demagogo, pois ele, apesar de afirmar “estar de posse de teorias de ponta” defende algo que seria um retrocesso: a “proibição” da aprendizagem da norma culta da língua.

Essa idéia é reproduzida no enunciado a seguir.

“[...] há agressões a Pasquale [...] e a toda idéia de correção ou enriquecimento da fala.” (CV)

Todo esse discurso encaminha necessariamente para o que se afirma abaixo:

“Das duas uma: ou o Sr. Bagno quer que a língua vernácula seja privilégio de um pequeníssimo grupo, do qual, ele, naturalmente, faz parte; ou pretende que partilhemos, como língua de cultura, neste mundo globalizado, o inglês científico [...]” (NL)

O lingüista, não permitindo que as massas tenham acesso aos usos cultos da língua (chegando mesmo a agredir os que agem em sentido contrário), é aquele que quer, maquiavelicamente, garantir para si a exclusividade desses usos.

Como é fácil perceber, todas as imagens construídas são baseadas na incompreensão de uma posição já mencionada acima: valorizar um uso não significa querer “destruir” o outro.

O papel social de gramáticos e lingüistas: interincompreensão

Os discursos analisados também tratam do papel dos sujeitos identificados com sua respectiva FD. Ao mesmo tempo, eles definem um papel positivo para um grupo de sujeitos e descrevem um papel negativo para o outro grupo. Assim, no discurso da FD dos gramáticos, o papel dos sujeitos aí identificados é definido como algo positivo na sociedade (possibilitar a aprendizagem da língua culta), enquanto o papel dos sujeitos identificados com a FD adversária, a dos lingüistas, é descrito como algo nocivo. O inverso acontece no discurso da FD dos lingüistas.

Vejam-se os enunciados abaixo:

“É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho.”
(PN APUD JL)

“O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado.” (JL)

O discurso dos gramáticos defende que o papel destes é levar as pessoas a conhecer a norma culta do idioma, de modo a se comunicarem melhor e, conseqüentemente, alcançarem bons resultados em situações comunicativas em que seja exigido o uso dessa variedade, como as entrevistas de emprego (o que levaria, a longo prazo, a uma mudança de status social). Simultaneamente, esse discurso afirma que o papel dos lingüistas é impedir as massas de aprenderem a norma culta e, em último caso, manter o status quo. Ocorre aqui novamente o fenômeno do simulacro do discurso dos lingüistas – para este, respeitar uma norma não significa impedir de aprender outras.

Vejam-se, agora, alguns enunciados produzidos no interior da FD dos lingüistas.

“[...] a atividade dos lingüistas brasileiros vem sofrendo ataques grosseiros por parte de auto-intitulados ‘filósofos’ que representam, na verdade, a reação mais conservadora (e muitas vezes com acentos claramente fascistas) contra qualquer tentativa de democratização do saber e da sociedade.” (MB)

“[...] ele [Pasquale] fala de ‘lingüistas defensores do vale-tudo’, numa absoluta distorção do verdadeiro papel do lingüista como investigador de todos os fenômenos da língua, e não só como caçador de ‘erros’ e juiz do uso.” (MB)

É possível notar que o discurso dos lingüistas constrói para estes um papel positivo e para os gramáticos um papel negativo. Aqui, os lingüistas têm o papel de democratizar o saber que produzem a partir de uma ciência de caráter inquestionável. Seu papel se opõe ao daqueles que são os conservadores, daqueles que agem como “juizes do uso”.

Como se vê, ambos os discursos cotejados levantam o mesmo argumento: o papel dos sujeitos é a democratização do saber sobre a linguagem. O papel do outro é impedir essa democratização.

Caberia aqui a tese de Maingueneau (2005, p. 115) de que na polêmica, “o desacordo supõe um acordo sobre ‘um conjunto ideológico comum’, sobre as leis do campo discursivo partilhado”. O conjunto ideológico comum seria justamente a orientação democrática de cada grupo de sujeitos.

Mas seguindo a posição de Pêcheux acima exposta segundo a qual o sentido das palavras e expressões muda de uma formação discursiva para outra, poderíamos dizer que não há, no caso dos discursos que analisamos, esse conjunto ideológico comum, já que a palavra democracia tem um sentido distinto nessas duas FDs. Para uma, ela significa ensinar a norma culta do idioma; para a outra, significa dar a ver a existência das diversas normas do idioma, sem desvalorizar uma ou sobrevalorizar outra.

Sendo assim, uma FD tem um discurso que tende a naturalizar algo que para a outra não é em hipótese alguma natural, mas sim arbitrário. Trata-se do fato da legitimação de uma norma lingüística. Para a FD dos gramáticos, há várias normas numa comunidade lingüística, mas destas uma é a correta, a legítima.

Isso é natural, é normal, sempre foi assim. O seu discurso (“Ensinar a todos a norma culta do idioma”) mantém uma tradição que, fundamentada numa perspectiva de classe, elegeu a norma das classes dominantes como a Língua. Já a FD dos lingüistas constrói um discurso que visa a desnaturalizar esse fato, mostrando que todas as normas de uma comunidade são igualmente legítimas e corretas (pois são perfeitamente adequadas a algum tipo de situação de interação social) e que, portanto, a eleição de uma delas como a Língua é uma arbitrariedade, é uma imposição de uma classe sobre as demais e uma forma de dominação. Nesse sentido, caberia perguntar: Apesar de ambas as FDs proclamarem seu papel de levar ao “povo” o conhecimento da língua, qual delas, de fato, tem uma identificação com as posições das classes dominadas?

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos discursos de duas FDs concorrentes no espaço discursivo em que se fala de linguagem (e também de lingüistas, de usos aceitos ou não, dentre outros temas). Tais discursos foram materializados em textos publicizados em meios de comunicação diversos: revistas, jornais, blogs. Pela observação dos autores que escreveram esses textos e de seus respectivos ofícios, pode-se afirmar que o discurso da FD dos gramáticos é dominante em nossa sociedade: assumem-no como seu não só os gramáticos, mas também jornalistas, poetas, cantores. O discurso da FD dos lingüistas fica restrito aos lingüistas.

Tal fato pode se dever ao grande espaço dado ou adquirido, nesses meios de comunicação, ao primeiro grupo acima citado e a quase ausência de espaço dado ao segundo grupo. Conforme afirma Althusser ([1970] 1980), as ideologias dominantes assim o são por serem as mais disseminadas na sociedade.

Conseqüentemente, impera a imagem construída pela FD dos gramáticos acerca destes e dos lingüistas. Os gramáticos são considerados aqueles que podem dar as respostas/soluções que todos almejam. Os lingüistas, ao contrário, são os dignos de desconfiança, pois que “relativistas”.

Como dissemos, os discursos cotejados estão em relação de polêmica. Se, conforme Maingueneau (2005), a polêmica não acaba e permite “dizer nós”,

então é necessário dar continuidade à polêmica e fazer com que mais pessoas digam: nós, lingüistas.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. [1970]. Aparelhos Ideológicos de Estado. Posições 2. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 47-101.

BAGNO, Marcos. Preconceito contra a lingüística e os lingüistas. Observatório da imprensa, São Paulo, 21.11.2001. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/jd211120011.htm>. Acessado em: 18.06.09.

FERREIRA GULLAR. Alguém fala errado? Folha de São Paulo, Ilustrada, 25.09.05. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2509200524.htm>. Acessado em: 19.06.09.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto L. Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João, 2007.

LAGE, Nilson. Lições de inveja e prepotência. Observatório da imprensa, São Paulo, 28.11.2001. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/jd281120015.htm>. Acessado em: 22.06.09

LIMA, João G. de. Falar e escrever, eis a questão. Veja, São Paulo, 07.11.01. Disponível em: http://veja.abril.com.br/071101/p_104.html. Acessado em: 18.6.09.

LOUZADA, Attila. Probus perdeu seu tempo. Observatório da imprensa, São Paulo, 12.12.2001. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/jd121220012.htm>. Acessado em: 22.06.09.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Curitiba: Criar, 2005.

_____. Novas tendências em análise do discurso. 3ª ed. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. [1977]. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. L'Inquiétude du Discours. Paris: Cendres, 1990. p. 245-260.

POSSENTI, Sírio. Questões para analistas do discurso. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. Um equívoco de leitura. Observatório da imprensa, São Paulo, 05.12.2001. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/caixa/cp051220018.htm>. Acessado em: 22.06.09.

SCHERRE, Maria Marta P. Doa-se lindos filhotes de poodle. São Paulo: Parábola, 2005.

VELOSO, Caetano. Lingüistas. Obra em Progresso. Disponível em: <http://www.obraemprogresso.com.br/2008/09/02/linguistas/>. Acessado em: 24.06.09.

[1] Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa; Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara; UNESP. cn.narzetti@uol.com.br. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

[2] Não tratarei aqui do aspecto econômico envolvido na questão. Tal aspecto, obviamente, diminui bastante o caráter democrático da Internet.

[3] Os textos coletados para análise são: Falar e escrever, eis a questão, de João Gabriel de Lima, publicado em Veja, em 07.11.01. Preconceito contra a lingüística e os lingüistas, de Marcos Bagno, publicado em Observatório da imprensa, em 21.11.2001. Lições de inveja e prepotência, de Nilson Lage, publicado em Observatório da imprensa. 28.11.2001. Um equívoco de leitura, de Sírio Possenti, publicado em Observatório da imprensa, em 05.12.2001. Probus perdeu seu tempo, de Attila Louzada, publicado em Observatório da imprensa, em 12.12.2001. Alguém fala errado?, de Ferreira Gullar, publicado em Folha de São Paulo, em 25.09.05. Lingüistas, de Caetano Veloso, publicado em Obra em Progresso, em 2.09.2008.

[4] Logicamente, sabemos que há diversas normas numa comunidade lingüística (não havendo uma dicotomia simples entre norma culta e norma popular). Nossa análise fala mais da oposição entre duas normas, como se elas fossem as únicas a existir, porque é assim que os discursos analisados abordam a questão.